

## Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	11
<b>PREFÁCIO</b> .....	13
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1 – Solução de Controvérsias na OMC, Legitimidade e Interpretação</b> ..	23
1.1 A OMC e o SSC .....	24
1.1.1 O histórico do SSC da OMC .....	24
1.1.2 Principais disciplinas previstas no ESC .....	29
1.1.3 A função do OA no SSC da OMC .....	36
1.2 As decisões do OA da OMC e o requisito de legitimidade nas relações comerciais internacionais .....	37
1.2.1 A implementação da regra de direito na OMC como requisito de legitimidade .....	38
1.2.1.1 O conceito de legitimidade do sistema multilateral de co- mércio .....	42
1.2.1.2 O conceito de legitimidade da técnica interpretativa do OA ..	45
1.2.2 A restrição do OA ao mandato e os impactos para a legitimidade do sistema multilateral de comércio .....	46
1.2.3 Procedimentos de trabalho para o exame de apelação .....	47
1.3 A técnica interpretativa desenvolvida pelo OA e a legitimidade do sistema multilateral de comércio .....	50
1.3.1 O ponto de partida do ato interpretativo: o texto e o contexto .....	50
1.3.2 Outros critérios utilizados no momento da interpretação .....	56
1.3.3 A técnica interpretativa estabelecida pelo OA .....	57
1.3.4 A técnica interpretativa do OA e seus efeitos sobre a legitimidade do sistema multilateral de comércio .....	61

### Primeira Parte

<b>Os Fundamentos e as Consequências da Técnica Interpretativa Adotada pelo OA da OMC</b> .....	65
<b>CAPÍTULO 2 – Grandes Sistemas de Direito: Impactos para a Regulamentação e a Aplicação das Regras Multilaterais de Comércio</b> .....	67
2.1 Os sistemas de direito civil e do direito comum .....	68
2.1.1 O sistema do direito civil .....	68
2.1.2 O sistema do direito comum .....	70

2.2	O reflexo dos dois grandes sistemas de Direito na regulamentação do sistema multilateral de comércio .....	74
2.2.1	O sistema misto e único da OMC.....	74
2.3	A interpretação de alguns institutos jurídicos pelo OA .....	78
2.3.1	Padrão de revisão ( <i>standard of review</i> ).....	79
2.3.1.1	O padrão de revisão do sistema multilateral de comércio ..	80
2.3.1.2	O limite da revisão em uma corte doméstica: o exemplo brasileiro .....	84
2.3.2	A regra do precedente ( <i>stare decisis</i> ) .....	86
2.3.3	Manifestações de terceiros interessados ( <i>amicus curiae</i> ).....	91
2.3.4	Reenvio ( <i>remand authority</i> ) .....	95
2.3.5	Ônus da prova ( <i>burden of proof</i> ) .....	97
2.4	A aparente influência predominante do direito comum no sistema da OMC e a legitimidade proporcionada ao sistema multilateral de comércio .....	101
2.4.1	A aparente influência predominante do direito comum .....	101
2.4.2	O sistema misto da OMC e os requisitos de legitimidade .....	105
<b>CAPÍTULO 3 – Críticas à Técnica Interpretativa Adotada pelo OA.....</b>		<b>109</b>
3.1	Manifestações oficiais dos Membros no OSC .....	110
3.1.1	A polêmica em torno do <i>zeroing</i> .....	111
3.1.2	Os elogios dos Membros .....	114
3.2	As críticas externas.....	117
3.2.1	Ativismo judicial.....	118
3.2.2	Ativismo consentido.....	124
3.2.3	Os elogios da doutrina .....	126
3.3	Uma possível resposta às críticas.....	127
<b>CAPÍTULO 4 – O Método Interpretativo de Outras Cortes Internacionais .....</b>		<b>133</b>
4.1	Interpretação de tratados pela CEDH .....	133
4.2	Interpretação de tratados pela CIJ .....	135
4.3	Interpretação de tratados pelo OA .....	136
<b>CAPÍTULO 5 – Conclusão.....</b>		<b>145</b>

## Segunda Parte

<b>O Método Interpretativo do OA Da OMC como Elemento de Legitimidade do Sistema Multilateral de Comércio .....</b>		<b>147</b>
<b>CAPÍTULO 6 – A Arte da Interpretação Jurídica.....</b>		<b>149</b>
6.1	A evolução das teorias sobre interpretação jurídica a partir do século XIX	149
6.2	O desafio kelseniano.....	151
6.3	A hermenêutica jurídica contemporânea.....	152

<b>CAPÍTULO 7 – O Perfil Cultural dos Juízes do OA .....</b>	<b>153</b>
7.1 Idioma adotado .....	154
7.2 A experiência de vida da primeira geração de Membros do OA .....	160
7.2.1 Julio Lacarté-Muro .....	162
7.2.2 Said El-Naggar .....	162
7.2.3 Mitsuo Matsushita .....	163
7.2.4 Florentino Feliciano .....	163
7.2.5 Claus-Dieter Ehlermann .....	164
7.2.6 Christopher Beeby .....	165
7.2.7 James Bacchus .....	165
7.3 A segunda e a terceira gerações de Membros do OA .....	165
7.4 O papel do Secretariado .....	175
7.5 A singularidade da técnica interpretativa do OA com relação ao perfil cultural de seus juízes .....	177
 <b>CAPÍTULO 8 – A Legitimidade da Interpretação das Regras da OMC .....</b>	 <b>181</b>
8.1 A jurisdição do OA .....	181
8.2 O direito aplicável pelo OA .....	182
8.3 As regras de interpretação do SSC .....	185
8.4 A função do OA além da previsão do ESC .....	188
8.5 A promoção de segurança e previsibilidade jurídicas .....	194
 <b>CAPÍTULO 9 – Conclusão .....</b>	 <b>203</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
Geral .....	209
Outros documentos .....	220
Lista cronológica de julgados em ordenamentos internos .....	220
Lista cronológica de casos da CIJ citados .....	221
Lista cronológica de casos da CEDH citados .....	221
Lista cronológica de casos da OMC citados .....	221
 <b>ANEXOS .....</b>	 <b>225</b>
ANEXO A – Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994 .....	225
ANEXO B – Procedimentos de Trabalho para o Exame de Apelação .....	226
ANEXO C – Artigos 31 e 32 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados ..	249
ANEXO D – Artigos XXII e XXIII do GATT 1947 .....	250
 <b>APÊNDICES .....</b>	 <b>253</b>